

HABEAS CORPUS Nº 494.321 - SP (2019/0048392-8)

RELATOR : MINISTRO NEFI CORDEIRO
IMPETRANTE : SIDNEY DURAN GONCALEZ
ADVOGADO : SIDNEY DURAN GONÇALEZ - SP295965
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : S R P (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em favor de S R P, apontando-se como autoridade coatora o Tribunal de Justiça de São Paulo, que rejeitou os embargos de declaração opostos em face do acórdão do apelo e determinou o início da execução da pena, por acórdão assim ementado (fl. 36):

Embargos de declaração - não ocorrência de contradição no julgado - temas que já foram exaustivamente debatidos - caráter meramente protelatório - rejeição, com determinação.

O paciente foi condenado pela prática do crime tipificado no art. 217-A, do CP, à pena de 9 anos e 4 meses de reclusão em regime fechado.

O impetrante busca a suspensão dos efeitos da condenação, impedindo o início da execução provisória da pena, sob o argumento de que a sentença deferiu o direito de recorrer em liberdade.

Nesse sentido, requer a concessão da ordem para que a liberdade garantida em sentença seja mantida.

A liminar foi indeferida.

As informações solicitadas constam dos autos.

O Ministério Público manifestou-se pela denegação do *habeas corpus*.

Na origem, após inadmissão de recurso especial em 25/3/2019, houve a interposição de agravo, que está em processamento, conforme informações de fl. 94, datadas de 23/4/2019.

É o relatório.

DECIDO.

Quanto ao tema ora tratado, sabe-se que a Sexta Turma, ao apreciar os EDcl no REsp 1.484.413/DF e o REsp 1.484.415/DF, na sessão de 3/3/2016, adotou orientação, fixada pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal (HC 126.292/SP, Rel. Min. Teori Zavascki, de 17/2/2016, DJ de 17/5/2016), segundo a qual a execução provisória da condenação penal, na ausência de recursos com efeito suspensivo, não afronta o constitucional princípio da presunção de inocência.

Frise-se, ainda, que, em 5/10/2016, o Pleno do Supremo Tribunal

Federal, apreciando medida cautelar nas Ações Declaratórias de Constitucionalidade 43 e 44, por maioria, reafirmou o entendimento da possibilidade de execução provisória da pena, **na ausência de recurso com efeito suspensivo**.

Assim, prolatado o juízo condenatório por Tribunal de Apelação e ausentes recursos especial ou extraordinário com casuísticos efeitos suspensivos, ressaltando-se que já existe agravo em recurso especial interposto, é possível a execução provisória da pena, ainda que concedido na sentença o direito de recorrer em liberdade até o trânsito em julgado da condenação.

Ante o exposto, denego o *habeas corpus*.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília, 06 de junho de 2019.

MINISTRO NEFI CORDEIRO
Relator